

Reação adversa à moratória preocupa

Geoff Dyer *

Espera-se que o Brasil anuncie hoje a tão esperada decisão sobre sua política cambial, depois do fim de semana de reuniões de altos funcionários em Washington, com o intuito de limitar os estragos causados pela desvalorização da semana passada. Pedro Malan, ministro da Fazenda do Brasil, e Francisco Lopes, presidente do Banco Central, passaram o fim de semana no Fundo Monetário Internacional, discutindo como ajustar o programa de US\$ 45,5 bilhões firmado em novembro.

Em Brasília, ministros insinuaram que o governo manterá o regime de flutuação introduzido na sexta-feira, ao menos por mais alguns dias, até que a moeda encontre um novo nível. "Nada indica que será di-

ferente", observou Pimenta da Veiga, ministro das Comunicações, após uma reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Cedendo à pressão dos mercados financeiros, na quarta-feira o Brasil abriu mão do atrelamento da sua moeda ao dólar, e, na sexta-feira, deixou

flutuar "temporariamente" sua taxa cambial.

As autoridades brasileiras devem se encontrar com Larry Summers, vice-

secretário do Tesouro dos EUA. Após a reunião Francisco Lopes voltará para o Brasil e Malan permanecerá em Washington para prosseguir as negociações.

A reação inicial dos investidores brasileiros à decisão de flutuação de sexta-feira foi de euforia, causando uma alta vertiginosa de 33,4% na Bolsa

de São Paulo, e elevando em 15,3% o preço do C-Bond, o título de dívida de maior liquidez no mercado internacional. O real, que inicialmente caiu para R\$ 1,58 frente ao dólar, fechou em R\$ 1,43, uma desvalorização de 16% em uma semana. No entanto, alguns economistas duvidam que o entusiasmo continue.

Além do alívio pelo fato de o governo não ter exaurido suas reservas defendendo a moeda, alguns economistas acreditam que a flutuação cambial possibilitará uma queda acentuada nas taxas de juros, que estão em aproximadamente 30%.

No entanto, a questão das taxas de juros é uma das possíveis fontes de controvérsia com o FMI. A equipe do Fundo continua convicta de que são necessárias altas ta-

xas de juros para evitar que a moeda desvalorizada entre em uma posterior espiral de depreciação.

As autoridades brasileiras também deram a entender que desejam adiantar a segunda parcela, de US\$ 4,5 bilhões, do empréstimo do Fundo. Embora o adiantamento desse desem-

bolso — previsto para o final de fevereiro — esteja contemplado no acordo de novembro, ele dependeria da aprovação das reformas fiscais pelo Congresso, o que ainda não aconteceu.

Outra é a questão do débito. Embora alguns economistas defendam que a reestruturação dos vencimentos da dívida do governo brasileiro é necessária para facilitar a solução dos problemas fiscais do País, altos funcionários em Washington

estão preocupados com as possíveis consequências, dada a reação adversa à moratória unilateral de débito de agosto passado.

A renegociação de algumas das metas orçamentárias do Brasil será necessária. Segundo a Merrill Lynch, a desvalorização aumentará o déficit para 1% do Produto Interno Bruto, elevando os custos de serviços e os débitos denominados em dólar.

O governo tem uma dívida em moeda estrangeira de cerca de US\$ 58 bilhões, segundo a Merrill Lynch, e uma dívida interna de aproximadamente US\$ 300 bilhões, segundo a consultoria brasileira MCM, mas os pagamentos de juros, sobre US\$ 60 bilhões deste total, estão ligados à dívida interna, aumentando o déficit orçamentário que já está em quase 8% do PIB. ■